

ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 15 DE MAIO DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CIDADE.

Às nove horas e trinta minutos do dia quinze de maio do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **CARLINHOS BESSA, com a presença dos Deputados:** Abdala Fraxe, Alessandra Campêlo, Cabo Maciel, Cristiano D'Angelo, Comandante Dan, Daniel Almeida, Débora Menezes, Delegado Péricles, Doutora Mayara, Felipe Souza, João Luiz, Mário César Filho, Rozenha, Roberto Cidade, Sinésio Campos, Thiago Abraham, e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Adjuto Afonso, Doutor Gomes, Doutor George Lins e Wanderley Monteiro tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 87, 39, 119, 46/2024, respectivamente, e as Deputadas Mayra Dias e Joana Darc encontram-se em licença-maternidade. **Na Fase Preliminar, sem EXPEDIENTE a relatar, como primeiro orador, o Deputado Daniel Almeida** cumprimentou os Oficiais de Justiça presentes na galeria do plenário, expôs a imagem de uma UBS precária localizada no Tarumã e que caracterizava as gestões municipais passadas e mostrou a nova UBS totalmente transformada por conta da ação do Prefeito David Almeida e da Secretária de Saúde, Doutora Shádía Fraxe. Lembrou que o Prefeito assumiu a Prefeitura durante a pandemia e revolucionou a saúde de Manaus que hoje é a melhor do País, considerando os atuais pré-candidatos a prefeitos “fanfarrões” que usam as redes sociais para divulgar mentiras, já que os fatos mostram que o Prefeito está fazendo uma gestão diferenciada e produtiva. **Como orador seguinte, o Deputado João Luiz** repudiou o episódio ocorrido em Tapauá onde uma bebê de cinco dias foi estuprada e parabenizou as Delegadas Kelly e Joyce pela eficiência ao prender o abusador que era avô “postiço” da recém-nascida. Reverberou que a Comissão que preside tem buscado agir na prevenção com a Campanha “Ei, te Orienta” fazendo palestras em escolas a fim de alertar as crianças e adolescentes acerca de abusos sexuais. **Neste momento, o Presidente Carlinhos Bessa inverteu os trabalhos e iniciou a**



Ordem do Dia, dando a Pauta de Tramitação como lida que constou dos Projetos de Lei n.º 296, 297, 298, 299, 300 e 301/2024, de autoria do Deputado Doutor George Lins; Projetos de Lei n.º 302, 3033 e 304/2024, de autoria da Deputada Débora Menezes; Projeto de Lei n.º 305/2024, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo; Projetos de Lei n.º 306 e 307/2024, de autoria do Deputado Mário César Filho, (estes em terceiro dia); Projetos de Lei n.º 308, 309 e 310/2024, de autoria do Deputado João Luiz; Projetos de Lei n.º 311 e 312/2024, de autoria do Deputado Doutor George Lins; Projeto de Lei n.º 313/2024, de autoria da Deputada Doutora Mayara; Projeto de Resolução Legislativa n.º 31/2024, de autoria do Deputado Sinésio Campos, (estes em segundo dia); Projeto de Lei n.º 315/2024, de autoria do Deputado Mário César Filho, “Declara como de Utilidade Pública a Associação Pequeno Girassol.”; Projetos de Lei n.º 316, 317, 318 e 319/2024, de autoria do Deputado Doutor George Lins, “Dispõe sobre medidas de incentivo à conscientização da população acerca dos atendimentos nas unidades de saúde.”, “Autoriza o Poder Executivo a conceder terapia em grupo para as mulheres com câncer de mama, nas unidades de saúde do Estado do Amazonas.”, “Institui o Programa Estadual de Alerta e Prevenção de Desastres Naturais no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências.”, “Dispõe sobre a conscientização e estímulo à regularização do título de eleitor no âmbito do Estado do Amazonas.”; Projeto de Lei n.º 320/2024, de autoria do Deputado Cristiano D’Ângelo, “Dispõe sobre a criação de uma Central de Empregos para Pessoas com Deficiência – CEPD, no âmbito do Estado do Amazonas.”; Projeto de Lei n.º 321/2024, oriundo do Tribunal de Justiça do Amazonas, “Altera dispositivos da Lei Ordinária nº 3.226, de 04 de março de 2008 (Estabelece o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do TJAM).”; Projeto de Lei n.º 322/2024, de autoria da Deputada Débora Menezes, “Institui o mês ‘Dezembro Transparente’, dedicado a conscientização e ao combate à corrupção.”; Projetos de Lei n.º 323 e 324/2024, de autoria do Deputado Doutor Gomes, “Institui a Política Estadual de Primeiro Emprego para Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e dá outras providências.”, “Estabelece diretrizes para a identificação precoce da leucemia e dá outras providências.”; Projeto de Lei n.º 325/2024, de autoria do Deputado Delegado Pérciles, “Declara como de Utilidade Pública o Instituto Numiá de Desenvolvimento Cultural da Amazônia – Instituto Numiá.”; Projeto de Lei Complementar n.º 3/2024, oriundo do Tribunal de Justiça do Amazonas, “Altera dispositivo da Lei Complementar n.º 261, de 18 de dezembro de 2023 (Dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado do Amazonas). (estes



em primeiro dia); e suspendeu a Sessão para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação pudesse se reunir e deliberar Projetos. Reaberta a Ordem do Dia, o Presidente Roberto Cidade fez verificação de quórum, estando presentes os Deputados: Abdala Fraxe, Alessandra Campêlo, Carlinhos Bessa, Cabo Maciel, Cristiano D'Angelo, Comandante Dan, Daniel Almeida, Débora Menezes, Delegado Péricles, Doutora Mayara, Felipe Souza, João Luiz, Mário César Filho, Rozenha, Roberto Cidade, Sinésio Campos, Thiago Abraham, e Wilker Barreto. Havendo quórum regimental, o Secretário-Geral, Deputado JOÃO LUIZ, procedeu à leitura da Pauta, em Discussão Geral e Votação Única: **1. Veto Parcial n.º 23/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 27/2024, “sobre a íntegra do inciso I do art. 3.º, ao Projeto de Lei n.º 52/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, que ‘Estabelece diretrizes gerais para implementação do Programa Estadual de Apoio à Oncologia Infantil e Enfermidades Correlacionadas, no âmbito do Estado do Amazonas’.** Parecer Favorável à manutenção do Veto: Deputado Adjuto Afonso. **Em votação, Veto mantido; 2. Veto Parcial n.º 24/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 28/2024, por inconstitucionalidade formal, “incidente sobre o parágrafo único do artigo 1.º do Projeto de Lei n.º 844/2023, de autoria do Deputado Rozenha, que ‘Dispõe sobre a garantia da dignidade humana para pessoas com obesidade severa permitindo acesso à saúde e dá outras providências.’** Parecer Contrário à manutenção do Veto: Deputado Mário César Filho. **Em votação, Veto mantido; 3. Veto Total n.º 26/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 30/2024, “ao Projeto de Lei n.º 470/2023, de autoria da Deputada Débora Menezes, que ‘Dispõe sobre o ensino de defesa pessoal ou modalidade de luta corporal às alunas do ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino’.** Parecer Contrário à manutenção do Veto: Deputado Dr. George Lins. **Em discussão, os Deputados: Wilker Barreto** observou que o Relator é contra o Veto e salientou a importância da defesa pessoal nas escolas, como também rememorou que a Casa aprovou a implantação da disciplina de Educação Financeira e não houve inconstitucionalidade e voltou a ratificar a importância de proteção às mulheres; **Débora Menezes** contestou o Parecer da Procuradoria-Geral e alegou que não estaria criando despesas, já que seria incluído nas aulas de educação física, e já é feito com as mulheres vítimas de violência doméstica, e pediu que o Veto fosse derrubado; **João Luiz** enfatizou que na Secretaria de Esporte, há um projeto de defesa pessoal para as mulheres e sugeriu que fosse feita uma parceria entre a Sedel e a Seduc a fim de que o Projeto fosse estendido às alunas das escolas; **Rozenha** manifestou-se contrário ao Veto.



derrubada do Veto, uma vez que acompanhou a implantação da defesa pessoal às mulheres vítimas de violência doméstica, que é um Projeto de autoria da Deputada Débora Menezes, e não vê nenhum vício de iniciativa; **Comandante Dan** afirmou que a Propositura é totalmente aderente ao ambiente escolar, uma vez que a Secretaria de Educação é também de Desporto e mencionou que ontem houve um caso de violência nas escolas, divulgado nas redes sociais, logo o Projeto é viável e totalmente necessário; **Felipe Souza** orientou pela derrubada do Veto. **Em votação, Veto derrubado; 4. Veto Total n.º 27/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 31/2024, “ao Projeto de Lei n.º 614/2023, de autoria do Deputado Thiago Abrahim, que ‘Dispõe sobre a prioridade na remoção de Agentes de Segurança Pública que possuam filhos ou dependentes com algum tipo de deficiência’.” Parecer Contrário à manutenção do Veto: Deputada Débora Menezes. Em discussão, os Deputados: Thiago Abrahim** explicou o objetivo de seu Projeto que quer facilitar a vida dos servidores da segurança pública que possuem filhos com deficiência e argumentou que o ato de transferência do servidor já tem amparo legal e que o seu Projeto apenas prioriza essa remoção sem mudar o Estatuto dos Servidores da Polícia; **Comandante Dan** se posicionou a favor do Projeto e ressaltou que a propositura é totalmente pertinente, já que o agente da segurança pública precisa estar tranquilo em relação a cuidar de sua família e, no caso, ter um filho deficiente requer prioridade, já que nem toda localidade vai ter condições de dar o que um PCD precisa; **Wilker Barreto** lembrou que a capital, sem dúvida nenhuma, tem mais condições de amparar crianças com deficiência e que o Projeto é de uma sensibilidade imensa e, portanto, o Veto deveria ser derrubado; **Doutora Mayara** esclareceu que a Casa estaria tutelando o direito das crianças com deficiência e declarou seu voto favorável à derrubada do Veto parabenizando o Autor e a Relatora; **Daniel Almeida** declarou seu voto a favor da derrubada do Veto; **Felipe Souza** orientou pela derrubada do Veto. **Em votação, Veto derrubado; 5. Veto Total n.º 28/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 32/2024, “ao Projeto de Lei n.º 776/2023, de autoria do Deputado Doutor Gomes, que ‘Dispõe sobre a criação da Central de Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais- Libras e Guias intérpretes para Surdos-cegos’.” Parecer Favorável à manutenção do Veto: Deputado Carlinhos Bessa. Em discussão, os Deputados: Wilker Barreto** cobrou do Governo a regulamentação da Lei aprovada em 2021 que garante aos surdos-mudos o intérprete de Libras nas Unidades de Saúde e, em relação ao Veto, manifestou-se a favor porque há vício de iniciativa; **Felipe Souza** orientou a Bancada a votar pela manutenção do Veto. **Em**



votação, Veto aprovado; 6. Veto Parcial n.º 29/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 33/2024, por inconstitucionalidade formal, incidente sobre a integralidade do artigo 6.º do Projeto de Lei n.º 235/2022, de autoria do Deputado Adjuto Afonso, que ‘Dispõe sobre diretrizes para ações de incentivo ao modelo de negócio denominado Scale Up, com o fim de estimular empreendimentos inovadores e de elevado potencial de escalabilidade, no âmbito do Estado do Amazonas’. Parecer Favorável à manutenção do Veto: Deputado Mário César Filho. **Em votação, Veto mantido; 7. Veto Total n.º 30/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 39/2024, “ao Projeto de Lei n.º 467/2023, de autoria da Deputada Dra. Mayara Pinheiro, que ‘Dispõe sobre a implantação do sistema biométrico de identificação de recém-nascidos no Estado do Amazonas’.** Parecer Favorável à manutenção do Veto: Deputado Dr. George Lins. **Em votação, Veto mantido; 8. Veto Parcial n.º 31/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 40/2024, “incidente sobre o artigo 8.º, ao Projeto de Lei n.º 512/2023, de autoria da Deputada Dra. Mayara Pinheiro, que ‘Estabelece diretrizes para a criação do Centro de Referência ao Diabético – CRD’.** Parecer Favorável à manutenção do Veto: Deputado Rozenha. **Em votação, Veto mantido; 9. Requerimento n.º 2228/2024, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa, “Requer Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 321/2024, de autoria do Tribunal de Justiça, que ‘Altera dispositivos da Lei Ordinária n.º 3.226, de 04 de março de 2008 (Estabelece o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do TJAM)’.** **Em votação, aprovado; 10. Projeto de Lei n.º 279/2024, oriundo da Mensagem Governamental n.º 43/2024, “Dispõe sobre as vagas oferecidas em concursos vestibulares da Universidade do Estado do Amazonas e dá outras providências.”** Parecer Favorável da Comissão: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Parecer Conjunto Favorável das Comissões: Assuntos e Econômicos e Educação: Deputado Cabo Maciel. **Em votação, aprovado; 11. Projeto de Lei n.º 280/2024, oriundo da Mensagem Governamental n.º 36/2024, “Autoriza a Secretaria de Estado das Cidades e Territórios/SECT a promover a regularização fundiária de imóvel, na modalidade onerosa, localizado na Rua Curió n.º 233, Quadra 29, Lote 544 – Bairro o Puraquequara, Manaus/ AM, e dá outras providências.”** Parecer Favorável da Comissão: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Alessandra Campêlo; Parecer Conjunto Favorável das Comissões: Assuntos e Econômicos e Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado João Luiz. **Em votação,**



aprovado; 12. Projeto de Lei n.º 314/2024, oriundo da Mensagem Governamental n.º 50/2024, “Altera o artigo 7.º da Lei n.º 4.774, de 14 de janeiro de 2019, que ‘Dispõe sobre a atividade primária no Estado do Amazonas.’” Parecer Favorável da Comissão: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Alessandra Campêlo; Parecer Conjunto Favorável das Comissões: Assuntos e Econômicos; Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Cristiano D’Ângelo. Em votação, aprovado; 13. Projeto de Lei n.º 321/2024, oriundo do Tribunal de Justiça do Amazonas, “Altera dispositivos da Lei Ordinária nº 3.226, de 04 de março de 2008 (Estabelece o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do TJAM).” Recebeu Emenda do Deputado Sinésio Campos. Parecer Favorável da Comissão, rejeitando a emenda: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Parecer Conjunto Favorável das Comissões, rejeitando a emenda: Assuntos e Econômicos e Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputada Alessandra Campêlo. Em discussão, o Deputado Daniel Almeida pediu à Casa que desse aos Oficiais do Tribunal de Justiça uma oportunidade de se manifestar e só depois colocar para votar o Projeto; Comandante Dan explicou que conhece a atividade dos Oficiais de Justiça e cobrou maiores esclarecimentos acerca da extinção do cargo pedindo a supressão do artigo que acaba com o cargo concordando com o Parecer do Deputado Sinésio Campos que orientou pela retirada do artigo que estabelece a extinção. Em votação, aprovado, com voto contrário dos Deputados Comandante Dan, Daniel Almeida e Sinésio Campos e abstenção do Deputado Delegado Péricles; 14. Projeto de Lei n.º 226/2024, de autoria do Deputado João Luiz, “Revoga a Lei Ordinária n.º 6.784, de 08 de março de 2024, que ‘Altera o Art. 5º, o parágrafo único do Art. 9º, e o § 1º do Art. 16, da Lei n.º 5.828, de 31 de março de 2022, que Dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Amazonas’”. Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Wilker Barreto; Relações Internacionais, Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes: Deputada Débora Menezes. Em votação, aprovado; 15. Projeto de Lei n.º 76/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, “Institui o selo ‘Empresa amiga do Voluntariado’ no Estado do Amazonas.” Recebeu emenda no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Pareceres Favoráveis das Comissões, nos termos da emenda: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Thiago Abraham; Assuntos Econômicos: Deputado João Luiz; Empreendedorismo, Comércio Exterior e Mercosul: Deputado



Deputado Comandante Dan parabenizou o Presidente pela iniciativa e considerou o Projeto extraordinário. **Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Rozenha; 16. Projeto de Lei n.º 209/2023, de autoria dos Deputados Rozenha e Cristiano D'Ângelo, “Institui o Programa Estadual Jovem Empreendedor Rural e dá outras providências.” Recebeu Substitutivo dos autores, passando a ementa a vigorar com a seguinte redação: “Institui diretrizes de apoio e incentivo para o Jovem Empreendedor Rural e dá outras providências.”** Pareceres Favoráveis das Comissões, nos termos do Substitutivo: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Thiago Abraham; Assuntos Econômicos: Deputado Wilker Barreto; Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural: Deputado Sinésio Campos. Empreendedorismo, Comércio Exterior e Mercosul: Deputado Dr. George Lins. **Em discussão, os Deputados: Rozenha** defendeu o Projeto que busca facilitar a entrada de empreendedores jovens na agricultura comercial e clarificou que o Projeto vai gerar emprego à Zona Rural; **Comandante Dan** elogiou a iniciativa e declarou seu voto favorável. **Em votação, aprovado; 17. Projeto de Lei n.º 222/2023, de autoria do Deputado Adjuto Afonso, “Dispõe sobre diretrizes para a viabilização das ações de fomento e valorização do Empreendedor Artesão Amazonense.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Assuntos Econômicos: Deputado Dr. George Lins; Cultura e Economia Criativa: Deputado Mário César Filho; Empreendedorismo, Comércio Exterior e Mercosul: Deputado Rozenha. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Rozenha e João Luiz; 18. Projeto de Lei n. 325/2023, de autoria da Deputada Dra. Mayara Pinheiro, com subscrição da Deputada Alessandra Campêlo, “Dispõe sobre a obrigatoriedade das redes pública e privada de saúde oferecerem leito ou ala separada para as mães de natimorto e/ou mães com óbito fetal.”** Recebeu emenda aditiva da Deputada Alessandra Campêlo. Pareceres Favoráveis das Comissões, nos termos emenda: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Assuntos Econômicos: Deputada Alessandra Campêlo; Mulher, da Família e da Pessoa Idosa: Deputada Alessandra Campêlo; Defesa do Consumidor: Deputado Mário César Filho. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Rozenha e Mário César Filho; 19. Projeto de Lei n.º 391/2023, de autoria do Deputado Daniel Almeida, “Reconhece o artesanato produzido e comercializado diretamente pelas comunidades indígenas como de relevante interesse cultural do Estado do Amazonas.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Assuntos Econômicos:



Deputado Wilker Barreto; política sobre Drogas, Cidadania, Assuntos Indígenas e Legislação Participativa: Deputada Joana Darc; Cultura e Economia Criativa: Deputado Wanderley Monteiro. **Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Rozenha; 20. Projeto de Lei n.º 748/2023, de autoria do Deputado Sinésio Campos, “Altera, na forma específica, a Lei n.º 5.797, de 23 de fevereiro de 2022, que ‘Dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias e permissionárias do serviço de fornecimento de energia elétrica e água a notificar previamente o consumidor, por meio de carta com aviso de recebimento (AR), da necessidade de se fazer inspeção ou vistoria técnica no medidor.’** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Thiago Abraham; Assuntos Econômicos: Deputado Dr. George Lins; Defesa do Consumidor: Deputado Felipe Souza. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Rozenha e Mário César Filho; 21. Projeto de Lei n.º 753/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, com subscrição da Deputada Joana Darc, “Dispõe sobre diretrizes para criação de Centro de Assistência para Idosos no Estado do Amazonas.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza; Assuntos Econômicos: Deputado Wilker Barreto; Mulher, da Família e da Pessoa Idosa: Deputado Rozenha. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Rozenha e João Luiz; 22. Projeto de Lei n.º 799/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, “Altera a Lei n.º 5.373, de 5 de janeiro de 2021, na forma que especifica.”** (Dispõe sobre a Campanha de Combate aos Golpes Financeiros Praticados contra os Idosos). Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Wilker Barreto; Assuntos Econômicos: Deputado João Luiz; Mulher, da Família e da Pessoa Idosa: Deputado Rozenha. **Em discussão, os Deputados: João Luiz** pediu explicações sobre a alteração; **Alessandra Campêlo** clarificou que se trata apenas de um ajuste à Lei com o intuito de facilitar ainda mais a vida dos idosos. **Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Mário César Filho; 23. Projeto de Lei n.º 810/2023, de autoria do Deputado Rozenha, com subscrição da Deputada Joana Darc, “Institui diretrizes para detecção precoce da deficiência auditiva infantil.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Wilker Barreto; Assuntos Econômicos: Deputado Dr. George Lins; Saúde e Previdência: Deputado Dra. Mayara Pinheiro; Relações Internacionais, Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes: Deputada Débora Menezes. **Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Mário César Filho; 24. Projeto de Lei n.º 885/2023, de autoria**



do Deputado Cristiano D'Ângelo, “Confere o título de ‘Capital Estadual do Guaraná’ ao Município de Maués no Estado do Amazonas.” Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza; Cultura e Economia Criativa: Deputado Abdala Fraxe. **Em votação, aprovado; 25. Projeto de Lei n.º 889/2023, de autoria do Deputado Cristiano D'Ângelo, “Institui, no âmbito do Estado do Amazonas, a Semana Estadual do Alimento Orgânico e Agroecológico.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Assuntos Econômicos: Deputado Rozenha; Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural: Deputado Comandante Dan. **Em votação, aprovado; 26. Projeto de lei n. 891/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, com subscrição do Deputado Rozenha, “Institui a Semana de Mobilização e Enfrentamento à Perseguição contra Mulheres no Estado do Amazonas.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Thiago Abraham; Assuntos Econômicos: Deputada Dra. Mayara Pinheiro; Mulher, da Família e da Pessoa Idosa: Deputado Rozenha. **Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Débora Menezes; 27. Projeto de Lei n.º 897/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, “Dispõe sobre o reflorestamento por parte das empresas que causarem incêndios ilegais.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza; Assuntos Econômicos: Deputado Wilker Barreto; Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Deputado Dr. Gomes. **Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Rozenha; 28. Projeto de Lei n.º 900/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, “Institui protocolo de proteção ao consumidor nos casos de pagamento de produto ou serviço em duplicidade.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza; Assuntos Econômicos: Deputado Rozenha; Defesa do Consumidor: Deputado Mário César Filho. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Rozenha e Mário César Filho; 29. Projeto de Lei n.º 964/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, “Dispõe sobre a implementação do Disque Saúde Mental da Mulher, um canal de atendimento visando fornecer apoio emocional e psicológico para mulheres em situação de vulnerabilidade.”** Recebeu Substitutivo do autor. Pareceres Favoráveis das Comissões, nos termos do Substitutivo: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Débora Menezes; Assuntos Econômicos: Deputado João Luiz; Mulher, da Família e da Pessoa Idosa: Deputada Débora Menezes; Saúde e Previdência: Deputado Cabo Maciel. **Em votação, aprovado com**



subscrição do Deputado Rozenha; 30. Projeto de Lei n.º 1124/2023, de autoria do Deputado Delegado Péricles, “Altera Lei Ordinária nº 5.039, de 2 de dezembro de 2019 que ‘Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate à erotização infantil (sexualização precoce) nas escolas públicas do Estado do Amazonas. (Proibição de apresentações com músicas e danças com conteúdo erótico ou sensual).” Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Débora Menezes; Educação: Deputado Cabo Maciel; Relações Internacionais, Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes: Deputada Débora Menezes. **Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Débora Menezes; 31. Projeto de Lei n.º 1215/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, “Dispõe sobre o dia do profissional em procedimentos estéticos e dá outras providências.” Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Cultura e Economia Criativa: Deputado Wanderley Monteiro. **Em votação, aprovado; 32. Projeto de Lei n.º 1237/2023, de autoria do Deputado Felipe Souza, “Altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 4.733 de 2018 que ‘Dispõe sobre medidas de segurança e apoio aos ex-Governadores do Estado do Amazonas, e dá outras providências.” Parecer Favorável da Comissão: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza. Parecer Contrário da Comissão: Segurança Pública: Deputado Cabo Maciel. **Em discussão, os Deputados: Daniel Almeida observou que o Projeto era inconstitucional por ser competência do Congresso Nacional e pediu que o Projeto fosse retirado de Pauta para uma maior discussão; **Felipe Souza** clarificou que não há inconstitucionalidade, uma vez que essa Lei que está sendo alterada foi aprovada na Casa no final de 2028 e enfatizou que seu Projeto quer corrigir uma situação imoral, já que a Lei, conhecida como “Lei Alfaiate”, prevê que ex-governadores tenham benefícios de assessores civis e militares para o resto da vida e foi colocado um artigo na Lei estendendo o benefício a governadores interinos o que é uma imoralidade e solicitou o apoio de seus pares à aprovação; **Abdala Fraxe** declarou seu voto contrário. **Em votação, aprovado com voto contrário dos Deputados Daniel Almeida e Abdala Fraxe; 33. Projeto de Lei n.º 1276/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, “Institui o ‘Dia do Chefe de Cozinha’ no Estado do Amazonas.” Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza; Cultura e Economia Criativa: Deputado Wanderley Monteiro. **Em votação, aprovado; 34. Projeto de Lei n.º 1/2024, de autoria do Deputado Sinésio Campos, “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Senhor Abraão**********



Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura - CBPA.” Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado; 35. Projeto de Lei n.º 15/2024, de autoria do Deputado Cristiano D’Ângelo, “Reconhece a Corrida de Casqueta/Rabeta como modalidade esportiva criada no Estado do Amazonas.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Esporte e Lazer: Deputado Mário César Filho. **Em votação, aprovado; 36. Projeto de Lei n.º 17/2024, de autoria do Deputado Cristiano D’Ângelo, “Declara de utilidade pública o Princesa do Solimões Esporte Clube, com sede no Município de Manacapuru.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Dr. George Lins. **Em votação, aprovado; 37. Projeto de Lei n.º 18/2024, de autoria do Deputado Cristiano D’Ângelo, “Declara de utilidade pública o Operário Esporte Clube, com sede no Município de Manacapuru no Estado do Amazonas.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Dr. George Lins. **Em votação, aprovado; 38. Projeto de Lei n.º 94/2024, de autoria do Deputado Delegado Péricles, “Altera a Lei Ordinária nº 4.679, de 5 de novembro de 2018 que ‘Institui o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado do Amazonas. (prazo de 30 dias para realização de exames que diagnostiquem neoplasia maligna).’** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Saúde e Previdência: Deputado Wilker Barreto. **Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Débora Menezes; 39. Projeto de Lei n.º 95/2024, de autoria do Deputado Delegado Péricles, “Declara como de Utilidade Pública o Clube Social Endurance.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Dr. George Lins. **Em votação, aprovado; 40. Projeto de Lei n.º 165/2024, de autoria do Deputado Mário César Filho, “Declara como de Utilidade Pública o Instituto de Saúde Comunitária Santa Clara – Grupo Médico Santa Clara.”** Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Dr. George Lins. **Em votação, aprovado; 41. Projeto de Lei n.º 179/2024, de autoria do Deputado Delegado Péricles, “Concede o Título de Cidadã do Amazonas à Senhora Carla Thomas.”** Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Carlinhos Bessa. **Em votação, aprovado; 42. Projeto de Lei n.º 180/2024, de autoria do Deputado Delegado Péricles**



“**Concede** o Título de Cidadã do Amazonas à Senhora Maria Nazareth da Penha Vasques Mota.” Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Carlinhos Bessa. **Em votação, aprovado; 43. Projeto de Lei n.º 204/2024, de autoria do Deputado Cabo Maciel, “Declara** de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Autismo de Guajará/APAA, e dá outras providências.” Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Dr. George Lins. **Em votação, aprovado; 44. Projeto de Lei n.º 205/2024, de autoria do Deputado Sinésio Campos, “Declara** Utilidade Pública a Associação Missionária Irmãs Nossa Senhora do Carmo- (AMINSC).” Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Dr. George Lins. **Em votação, aprovado; 45. Projeto de Lei n.º 218/2024, de autoria do Deputado Adjuto Afonso, “Concede** o Título de Cidadão do Amazonas ao Cel. Franciney Machado Bó.” Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados João Luiz, Mário César Filho, Rozenha, Thiago Abraham, Wilker Barreto e da Deputada Débora Menezes; 46. Projeto de Lei n.º 282/2024, de autoria do Deputado Abdala Fraxe, “Concede** o Título de Cidadão do Amazonas ao Senhor Severino Cavalcante de Souza, Delegado da Receita federal do Amazonas.” Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado; 47. Projeto de Resolução Legislativa n.º 5/2024, de autoria do Deputado Delegado Péricles, “Concede** a Medalha Ruy Araújo a Excelentíssima Desembargadora do Trabalho Ruth Barbosa Sampaio.” Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Carlinhos Bessa. **Em votação, aprovado; 48. Projeto de Resolução Legislativa n.º 16/2024, de autoria do Deputado Delegado Péricles, “Concede** a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Paulo Eduardo Guimarães Brandão, ‘Paulo Coelho’.” Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Carlinhos Bessa. **Em votação, aprovado; 49. Projeto de Resolução Legislativa n.º 25/2024, de autoria do Deputado Dr. George Lins, com subscrição do Deputado Rozenha, “Concede** a Medalha do Mérito Ruy Araújo ao Senhor Divaldo Pereira Franco, escritor e orador espírita.” Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Roberto Cidade e Wilker Barreto; 50. Projeto de Resolução Legislativa n.º 26/2024, de autoria do Deputado Dr. George Lins, com subscrição do Deputado Rozenha, “Concede** a Medalha do Mérito Ruy Araújo a Excelentíssima Senhora Maria do



Perpétuo Socorro Guedes Moura, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.” Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Roberto Cidade, João Luiz, Thiago Abraham, Wilker Barreto e da Deputada Alessandra Campêlo; 51. Projeto de Resolução Legislativa n.º 27/2024, de autoria do Deputado Wilker Barreto, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Nazareno Souza Martins.”** Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado; 52. Projeto de Resolução Legislativa n.º 28/2024, de autoria do Deputado Cristiano D’Ângelo, “Concede a Medalha do Mérito Ruy Araújo à Senhora Valciléia Flores Maciel.”** Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado; 53. Projeto de Resolução Legislativa n.º 29/2024, de autoria Coletiva, “Concede a Medalha Ruy Araújo à Senhora Isabelle Adriana Nogueira Dias.”** Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. **Em votação, aprovado. Em seguida, o Presidente aprovou, em Bloco, a Redação Final dos Projetos de Lei n.º 279/2024, 280/2024, 314/2024, 321/2024, 226/2024, 76/2023, 209/2023, 222/2023, 325/2023, 391/2023, 748/2023, 753/2023, 799/2023, 810/2023, 885/2023, 889/2023, 891/2023, 897/2023, 900/2023, 964/2023, 1124/2023, 1215/2023, 1237/2023, 1276/2023, 1/2024, 15/2024, 17/2024, 18/2024, 94/2024, 95/2024, 165/2024, 179/2024, 180/2024, 204/2024, 205/2024, 218/2024, 282/2024; e dos Projetos de Resolução Legislativa n.º 5/2024, 16/2024, 25/2024, 26/2024, 27/2024, 28/2024 e 29/2024. Na sequência, foi feita a Promulgação: Resoluções Legislativas n.º 1038, 1039, 1040, 1041, 1042, 1043 e 1044, de 15 de maio de 2024, respectivamente, “Concede a Medalha Ruy Araújo à Senhora Ruth Barbosa Sampaio, Desembargadora do Trabalho.”; “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Paulo Eduardo Guimarães Brandão, ‘Paulo Coelho.’; “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Divaldo Pereira Franco, escritor e orador espírita.”; “Concede a Medalha Ruy Araújo à Senhora Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Amazonas.”; “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Nazareno Souza Martins.”; “Concede a Medalha Ruy Araújo à Senhora Valciléia Flores Maciel.”; “Concede a Medalha Ruy Araújo à Senhora Isabelle Adriana Nogueira Dias”. Após, aprovou as Atas das Sessões Ordinárias 33, 34, 35, 36, 37 e 38 e das Sessões Especiais 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54 e 55. Dando prosseguimento, encaminhou às Comissões 10 Projetos de Lei Ordinária, sendo 1 de autoria do Deputado Abdala Fraxe, “Institui o projeto ‘Escola aberta’ durante os finais de semana, feriados e**



períodos de recesso escolar para desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e de lazer, na rede de ensino estadual do Estado do Amazonas.”; **2 de autoria do Deputado Rozenha, “Dispõe sobre a implementação de políticas públicas para apoiar e proteger as mulheres que vivem em áreas rurais, quilombolas, indígenas e de comunidades tradicionais, visando erradicar a violência de gênero e promover a igualdade de direitos nessas comunidades.”, “Cria a Semana da Metrologia e dá outras providências.”; 4 de autoria do Deputado Cristiano D’Ângelo, “Declara de utilidade pública a Associação para a Salvação da Amazônia/ASAGET.”, “Institui a Política Estadual Escolas Verdes e dá outras providências.”, “Institui a Semana de Conscientização das Deficiências Psicossociais.”, “Institui Diretrizes de Fomento às Feiras Literárias e Festivais de livros no Estado do Amazonas.”; 1 de autoria do Deputado Felipe Souza, “Dispõe sobre o asfaltamento danificados por pessoas físicas ou jurídicas no Estado do Amazonas.”; 2 e autoria do Deputado Daniel Almeida, “Institui diretrizes sobre passeios turísticos voltados à população idosa no Estado do Amazonas.”, “Dispõe sobre a criação do ‘Dia da Troca de Livros’ nas Escolas Públicas do Estado do Amazonas.”; e 2 Projetos de Resolução Legislativa, sendo 1 de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, “Institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado Amazonas, o Observatório da Violência contra a Mulher.”; e 1 de autoria do Deputado Delegado Pércles, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Júlio César Pereira Queiroz”. Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Débora Menezes n.º 22178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191 e 2221/2024; Daniel Almeida n.º 2192, 2209, 2210, 2211, 2212 e 2213/2024; Alessandra Campêlo n.º 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2229 e 2232/2024; Doutora Mayara n.º 2214/2024; Mário César Filho n.º 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226 e 2227/2024; Roberto Cidade n.º 2230 e 2231/2024; Rozenha n.º 2233/2024; Delegado Pércles n.º 2234/2024. Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Carlinhos Bessa que encerrou a Ordem do Dia e iniciou o Grande Expediente. Com a palavra, o Deputado Comandante Dan denunciou novamente a falta de valorização dos profissionais de segurança pública pela falta de pagamento da data-base e afirmou que não há pressão por parte dele, mas solicitação de diálogo. Em aparte, o Deputado Daniel Almeida corroborou com a denúncia apresentada pelo Comandante Dan e salientou que o Governo não dialoga com a Categoria, além de criticar o esvaziamento do Plenário, pois os Deputados não**



ficam para discutir a situação e buscar uma solução. **Acolhido o aparte, o Deputado Comandante Dan** pontuou que mesmo diante do descaso do Governo acerca do tema, a eficiência do efetivo da segurança pública tem cumprido a sua missão e possibilitado a redução dos índices de violência no Estado. Em outro tema, discorreu acerca da crise em Humaitá, oriunda do garimpo ilegal, e sugeriu a parceria entre os Governos Federal e Estadual a fim de combater a ilegalidade dos garimpos e o tráfico de drogas. Concluiu convidando todos para o 2º Seminário de Segurança Inovadora, que ocorrerá na Aleam, nos dias 23 e 24 de maio, e reiterando a necessidade de se contribuir com as vítimas da enchente no Rio Grande do Sul, divulgando o Pix do Governo gaúcho. **Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.**

Presidente/Secretário